

# POUSO ALEGRE DO MANDU: MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA

TELMA DOMINGUES DA SILVA

Universidade do Vale do Sapucaí

*Resumo.* Como analista de discurso, tenho trabalhado com o discurso ambiental e, na pesquisa desenvolvida no projeto “Discurso, Memória e processos identitários na Região de Pouso Alegre – MG”, abordei o tema do meio ambiente na perspectiva de uma memória regional, de uma memória da cidade de Pouso Alegre e da região do Vale do Sapucaí. Essa pesquisa desenvolvida pautou-se em uma leitura de arquivo,<sup>1</sup> um arquivo local, sobre a fundação e o crescimento de uma cidade às margens do rio Mandu, em que se podem “ouvir” diferentes memórias discursivas. Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa por mim desenvolvida nesse projeto.

## Introdução

Primeiramente, retomo a formulação de Pêcheux sobre a noção de memória, entendida: “...nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (in Achard et all. 1999, p. 50), formulação que aponta para alguns dos desdobramentos da memória enquanto produção social e histórica – que incidem então na *memória discursiva*, como a consideramos na perspectiva da análise de discurso: “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (idem, p. 52). Neste texto, Pêcheux remete a diferentes discussões sobre a noção de memória e seu funcionamento, segundo autores diferentes, entre eles Jean-Louis Durand, que fala da memória grega e da presença do “mito” na sociedade moderna.

No decorrer de uma pesquisa tal como essa, em que realizei uma leitura de arquivo sobre a memória ambiental na região de Pouso Alegre, mostrou-se a não-homogeneidade e a não-coincidência no que diz respeito à memória produzida por uma determinada sociedade, em seus diferentes grupos sociais, mesmo em seus efeitos no arquivo, enquanto institucionalização da memória história e social.

Assim, como se dá, em uma história sobre a origem de Pouso Alegre, o cruzamento de diferentes memórias, considerando-se, por exemplo, uma distinção entre *memória mítica* e *memória histórica*? Através dos trechos considerados nessa

---

<sup>1</sup> Estou compreendendo “arquivo” como memória institucionalizada, conforme proposto inicialmente por Pêcheux em “Lire l’archive aujourd’hui” [Ler o arquivo hoje], publicado no Brasil em *Gestos de leitura* (Orlandi (org.), 1994).

exposição, e que são constitutivos dos discursos ambientais na região, observei dois diferentes movimentos discursivos em que são produzidos sentidos para a relação dos sujeitos com o ambiente, relação que é histórica e ideológica:

1) a memória discursiva sobre o nome “Mandu” como um nome da cidade junto a Pouso Alegre;

2) a memória discursiva sobre uma terra antes da sua exploração, funcionando na produção de sentidos para os recursos naturais enquanto patrimônio, e sua dilapidação.

Na memória da cidade de Pouso Alegre, o nome Mandu, nome do rio em torno do qual a cidade cresceu, aparece como modo de identificação da própria cidade, como veremos. Na importância do rio como parte dos processos de identificação do pouso-alegrense, percebe-se a ligação afetiva com a cidade presente através deste que é um elemento do meio ambiente.<sup>2</sup>

Enquanto “passado ambiental da região”, está presente a memória histórica da ocupação desta terra (Brasil), em uma especificidade local. Ou seja, faz parte também de uma memória regional, a memória histórica do território nacional enquanto uma terra que foi ocupada e explorada originalmente pelo europeu. Ao lado dessa memória histórica, funciona o imaginário da exuberância de uma floresta nativa que inscreve a região como parte também do território brasileiro. Nesse sentido, pode-se dizer que aí se constitui, pois, associada à memória histórica, uma memória mítica sobre essa terra antes da ocupação. A análise de marcas lingüísticas como os tempos verbais e a negação são elementos que permitem uma compreensão sobre a produção de sentidos para a exploração do meio ambiente no país.

Apresento então análises de três diferentes enunciados, os quais expõem os desdobramentos da memória discursiva, apontando a sua não-homogeneidade e sua não-coincidência. Com isso, através da Análise de Discurso, a partir de um dispositivo de análise com o qual é possível problematizar a evidência dos sentidos, procuro compreender os processos discursivos em jogo na significação da história e dos sujeitos e contribuir na compreensão, ao mesmo tempo, de uma memória local e de um discurso ambiental no país.

## **Discurso, memória e ambiente**

Uma obra importante, em termos de circulação, para a história regional de Pouso Alegre é *Pouso Alegre* – origem da cidade e história da sua imprensa, de Amadeu de Queiroz, de 1948. Trechos dessa obra são encontrados em outras obras e também na

---

<sup>2</sup> O rio é cantado nas trovas, uma tradição de Pouso Alegre, como em:

Tanto ao Mandu me associo  
por termos rotas vizinhas,  
que a epopéia desse rio  
tem muitas estrofes minhas

Aprygio Nogueira - Pouso Alegre – 1º lugar – Jogos Florais de 1997

internet, em sites que falam da cidade e de sua história. Chamou-me atenção, em especial, trechos em que as explicações sobre os nomes “Mandu” e “Pouso Alegre” são retomadas – a esse respeito, Amadeu de Queiroz, na obra acima mencionada, dedicou certo número de páginas. Em textos na internet, repetem-se algumas formulações que estariam já presentes em sua obra e, nas mesmas repetições, mostram-se alguns deslizes.

(1)

Encontramos, em diferentes sites que trazem a história da cidade de Pouso Alegre, trechos como o transcrito abaixo, que será discutido em seguida, a partir de um confronto com a obra de Amadeu de Queiroz:

Segundo alguns autores, o batismo da localidade como Mandu se derivou da corruptela do nome de um pescador ou tropeiro, que se chamaria Manuel atendendo pela alcunha de Manduca ou simplesmente Mandu, e que teria sido o primeiro povoador da região. Segundo outros, do tupi-guarani *mandi-yu* (*mandi* = peixe e *yu* = amarelo). Atestam Marques de Oliveira e Augusto Vasconcelos que até 1799 a florescente povoação localizada às margens do Mandu era também conhecida pelo nome desse rio. (<http://citybrazil.uol.com.br/mg/pousoalegre/historia-da-cidade>).

Queiroz fala de uma capela e de uma cidade “situada à margem esquerda [do rio Mandu], a um quilômetro da sua foz” (p. 13): do nome do rio, Mandu transfere-se para a primeira capela, Capela do Bom Jesus do Mandu ou simplesmente Capela do Mandu. Segundo as crônicas que contam a história da cidade, a travessia do rio justifica o início de um povoamento que se tornaria posteriormente a cidade de Pouso Alegre.

A nomeação de elementos locais, como os rios, trás a memória da língua tupi: Mandu, Sapucaí... Em Amadeu de Queiroz, encontramos as duas versões, como no trecho acima, para explicar o nome Mandu. Note-se que, embora o autor desacredite em uma das versões, as duas estão presentes na sua obra. Porém, segundo Amadeu de Queiroz (1948, p. 13-15), o nome Mandu, rio, derivou do nome Mandu, peixe, do tupi-guarani, *mandi* ou *mandu*, conforme compreenda-se a pronúncia de uma vogal na língua tupi, que quer dizer “água”, “rio”. Amadeu menciona a existência de uma versão que diz que o nome “Mandu” teria derivado do nome de um português chamado Manoel, de apelido Manduca, mas esta versão é desacreditada por ele – o que ele justifica então pela constância na forma “Mandu” encontrada em documentos antigos e pela pronúncia do fonema tupi em questão, pois não haveria uma correspondência direta entre os fonemas na língua tupi e na língua portuguesa.

O nome “Mandu”, portanto, do peixe, passou a nomear o rio, abarcando do rio à capela e seu povoamento (a freguesia)... Este processo de nomeação dos chamados topônimos, como sabemos, é um processo freqüente, que, no caso dos topônimos aqui no Brasil, expõe em especial uma *memória da língua indígena*. A materialidade do tupi inscreve-se na língua [portuguesa?] falada no Brasil, de modo que a língua tupi continua produzindo efeitos, reconhecidos ou não no âmbito de uma identidade nacional. O nome em tupi é significativo do indígena, que, em uma memória corrente sobre o processo de urbanização no Brasil, é referido, e explicado, como “primeiro habitante” do território.

Nessa história de Pouso Alegre no Amadeu de Queiroz fica marcada a *circulação de uma versão outra* sobre o nome Mandu, expondo-se justamente essa não-

coincidência em relação à memória discursiva. Para a análise de discurso, não se trata de localizar a versão correta ou verdadeira na história, mas de compreender na circulação de diferentes versões esse real da história, enquanto embate de sentidos, cruzamentos de discursos etc., e que se produz sempre na relação com um determinado poder político-ideológico.

Do texto encontrado na internet para o texto de Amadeu de Queiroz, observam-se duas diferenças. A primeira é que desaparece a descrença em relação à versão do português Manoel de apelido Manduca, como origem do nome Mandu. No texto da internet, as duas versões figurariam apenas como igualmente presentes – o que pode produzir um efeito de que seriam também igualmente possíveis. A segunda é que a explicação sobre o nome Mandu enquanto um nome tupi adquire certa simplicidade no texto da internet, que não se encontra no texto de Amadeu.

O texto de Amadeu avança uma explicação possível para o deslocamento que teria ocorrido de “mandi” (“peixe”, em tupi) para “mandu”, em função da sonoridade dessa vogal na língua tupi: trata-se, no texto de Amadeu, de se discutir sobre uma probabilidade. No texto presente na internet, apresenta-se de maneira mais positiva uma explicação etimológica outra: afirma-se uma contração de mandi = peixe e yu = amarelo. Sem questionar o respaldo científico que essa etimologia poderia ou não possuir, esta explicação implica em uma determinada discursivização da história. Esse outro modo de se apresentar uma etimologia para o nome Mandu produz como efeito a não-inscrição dos conflitos e das diferenças entre sujeitos, constitutivos dos processos sociais, discursivos. Isto é, segundo essa explicação etimológica, o fato de haver línguas diferentes no território brasileiro, ou de que as línguas sejam faladas de maneiras diferentes, não importa.

Embora o texto da internet apresente duas versões, ele as reputa a uma diferença na compreensão da história, segundo autores diferentes. Assim, nesse contexto, desaparece para o leitor certo grau de incerteza como algo que faz parte de um trabalho sobre a memória, no sentido de se produzir uma compreensão dos acontecimentos históricos. Sobre a questão lingüística, o trecho analisado, embora fale de uma língua que não é a língua nacional, a língua tupi, nesse modo de discursivização, ela parece ser hoje totalmente compreendida em sua ocorrência histórica e o nome Mandu dela resultar de maneira direta, sem conflitos – os conflitos resultantes seja de um confronto do tupi com a língua portuguesa, seja do fato de a língua tupi ser falada pelo não-índio.

Desse modo, do texto de Amadeu para o da internet produz-se um efeito de homogeneização da memória histórica, de “aplainamento” sobre os conflitos próprios das sociedades, que estariam ainda marcados no texto de Amadeu de Queiroz, traduzidos, por exemplo, na discussão sobre a pronúncia ambígua de uma vogal tupi no contexto da língua nacional. No caso aqui analisado, a circulação sobre a história de Pouso Alegre na internet, em textos que tem um caráter de divulgação e publicitário, produz, sobre a memória histórica, um efeito de naturalização para as relações entre a língua tupi e a língua portuguesa no Brasil.

Assim, as repetições são significativas na questão da memória, e as contradições e deslocamentos são marcas, são lugares discursivos em que se mostra a divisão de sentidos. Nessa circulação dessa outra versão, sobre um português Manuel de apelido Manduca, mostra-se uma forma de apagamento da presença do índio, que se alia ao fato de que em nenhuma das obras consultadas nesse levantamento de um arquivo local, que

narram uma história de Pouso Alegre, são encontradas referências aos povos indígenas. Essa ausência, pois, e a história de um português Manoel de apelido Manduca, como versão que explicaria o nome Mandu, são significativos de um processo discursivo constitutivo da história do Brasil, que dá certo lugar ao indígena, fora da identidade do brasileiro.

(2)

Então, encontramos, circulando na “rede”, a história de Pouso Alegre: em sites que contam uma história local, sites de instituições do governo, sites turísticos etc. Dessa circulação, tomei também um outro conjunto de enunciados:

Oito anos depois de inaugurada a capela, foi o povoado elevado à categoria de freguesia colada a do **Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, vulgarmente chamada Mandu** (<http://citybrazil.uol.com.br/mg/pousoalegre/historia-da-cidade>; <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/pousoalegre.pdf>)

Criada a freguesia do **Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, na capela vulgarmente chamada Mandu**” (<http://www.acadpousoalegrensedeletras.com.br/ProsaII3arquivos/Parte1.EmProsaeVersoII.pdf>)

Entre esses dois enunciados estabelece-se certa identidade pela manutenção de uma dada configuração sintática e lexical. Esses textos estão retomando um enunciado da fundação da freguesia que se encontra em um documento de 27 de outubro de 1810:

erigindo nova Freguesia na Capella do Bom Jesus de Pouso Alegre, vulgarmente do Mandu

Trata-se de um trecho da resolução da Mesa de Consciência e Ordens, assinada por D. João VI, documento que erige a freguesia de Bom Jesus de Pouso Alegre.

Entre um site e outro, percebemos um modo próprio de funcionamento da escrita no digital, nessas retomadas muitas vezes sem re-elaboração e sem a identificação (as referências), seja de autores e obras consultados, seja de documentos. Mas o que mais chama a atenção é essa repetição de um documento oficial, em uma sintaxe muito particular, como forma de representação da história de Pouso Alegre em diversos sites.

Observa-se que certos elementos desse documento oficial mantêm-se em suas re-formulações nos exemplos acima: mantêm-se a articulação entre “Pouso Alegre” e “Mandu”, em um efeito que parece estabelecer certa simetria entre esses dois nomes; mantêm-se a referência ao “Bom Jesus” e, enfim, mantêm-se o advérbio “vulgarmente”, associado ao nome Mandu.

No contexto histórico em que se deu a assinatura desse documento, a nova freguesia é a (velha) paróquia, sendo que a administração das vilas era realizada através ou junto à instituição da Igreja. Ou seja, verifica-se, com este tipo de documento, um contexto histórico em que vigora uma determinada associação entre o poder eclesiástico e o poder da coroa, na colônia – o que fica marcado na própria articulação sintática “nova Freguesia *na* Capella”... . Podemos interpretar que essa associação significaria, em termos do funcionamento de um núcleo urbano, uma determinada continuidade entre

a *instância religiosa* e a *instância administrativa* – continuidade que certamente atingia o sujeito, ou seja, se a freguesia coincide com uma paróquia, o morador é (deveria ser) um paroquiano.

A construção sintática em questão trás a Capela e a Freguesia nomeadas como Bom Jesus de Pouso Alegre, e o nome Mandu como um acréscimo, um aposto. Assim, a enunciação desse/ nesse documento, instaura novas relações de poder na região, porque é dita do lugar oficial da Igreja e da Coroa, que tem autoridade para modificar a categoria de um povoamento. Nesse documento, inscreve-se o nome “Mandu” como um elemento lateral.

Amadeu de Queiroz faz algumas considerações sobre a localidade assumir o nome de Pouso Alegre, que seria, segundo ele, nome de uma conhecida fazenda que servia de pouso a quem saía de São Paulo em direção à Vila Rica, situada, porém, onde hoje é a cidade de Itapeva. Para Amadeu, trata-se de uma transferência de nome.

Pode-se supor que a referência ao nome “Mandu” no documento oficial fosse necessária: o nome “vulgar” é o mais conhecido, de maior circulação. Nesse sentido, podemos interpretar essa materialidade do documento e sua repetição ainda hoje a partir das suas condições de produção, considerando que o ato de nomear constitui-se em um gesto oficial e é significativo de uma apropriação: dar nome simboliza a fundação, o gesto que discrimina um espaço sobre outros espaços (ou sobre o indiscriminado).

Mas a referência a Mandu, que na época desse documento era já um povoamento com numerosos habitantes, no documento oficial, viria, nesse sentido, esclarecer “Pouso Alegre” – de que “pouso” tratava-se afinal! Ao mesmo tempo, afirma ou reafirma uma relação de identidade entre *Pouso Alegre* e *Mandu*. “Pouso Alegre” e “Mandu” poderiam então ser consideradas duas expressões diferentes que dizem a mesma região – remetendo a diferentes *formações discursivas* (Pêcheux, 1975b), ou seja, a região dita do lugar de um *governo* (Igreja/ Coroa) é Capela do Bom Jesus de Pouso Alegre e do lugar do *habitante local* é Capela do Mandu. No momento da escrita dessa ata, desse documento, o “habitante local” pode ser compreendido como brasileiro, em oposição a um poder político que se situava fora, pois a região era então colônia, “patrimônio” de um outro.

A presença desse enunciado hoje nessa circulação na internet diz ainda que, oficializada a nomeação da região como “Pouso Alegre”, o nome *Mandu*, como nome do povoamento, não foi deixado de lado, esquecido. Mostra-se como parte importante da identidade pouso-alegrense, permanecendo como memória local da sua cidade. A repetição da forma “Bom Jesus de Pouso Alegre, vulgarmente do Mandu” é um modo do nome Mandu estar presente ainda hoje como nome da região, em seu núcleo urbano. Sobre a persistência desse outro nome, pode-se pensar em uma distinção entre o habitante de fora e o local: se o estrangeiro desavisado desconhece o nome Mandu como um outro nome de Pouso Alegre, o pouso-alegrense, por outro lado, possivelmente não o ignora.

(3)

Um trecho de Gouveia expõe o funcionamento do discurso das descobertas como discurso hegemônico, funcionando de modo conflituoso na identidade do brasileiro:

Uma extensa região desconhecida, de imensas florestas, baixadas circundadas de montanhas e banhadas por caudalosos rios se estendia diante dos olhos, curiosos, daqueles desbravadores que palmilhavam aquele sertão.

Terra ainda inexplorada, depois de quase um século após o descobrimento, a região assustava pela exuberância de suas florestas, pelo caudal volumoso de seus rios e pelas incertezas do desconhecido.

A flora era rica em espécies das mais variadas: jacarandá, peroba, cedro, jequitibá, pereira, guatambu, óleo vermelho e o formoso ipê amarelo, além de palmito, frutas silvestres, raiz de mato e mel de pau que serviam de alimentos. Assim como a flora, a fauna era também abundante: onça pintada, lobo guará, queixada, catetos, cobras venenosas e lagartos, que exigiam dos aventureiros atenção e cautela. Os rios, piscosos, forneciam abundância de peixes: mandis, curimbatás, dourados, traíras, surubis, piabas, jaús, lambaris, etc. O explorador que ali se perdesse teria amplas possibilidades de sobrevivência, tais os recursos oferecidos pela natureza. (Gouvêa, 1998, p. 11)

Gouveia constrói, nesse trecho, de um presente histórico, uma imagem do que seria a região antes do povoamento. A terra *era* rica, os rios *forneciam* abundância de peixes... etc. e enumera espécies de animais e de plantas... Desse nosso presente histórico, através dos verbos no passado e de uma enumeração grandiosa, esse enunciado constrói mais do que uma imagem fabulosa, mítica da terra, da região, mas fala também, ao mesmo tempo, da dilapidação do “patrimônio natural”.

No trecho acima, reproduz-se o *discurso das descobertas* (cf. Orlandi, 1999), que situa o sujeito europeu como “explorador” das terras brasileiras, através da figura do bandeirante, que seria ele também um “descobridor” dos sertões aqui no Brasil. Como observa Orlandi (1999), “o discurso das descobertas é um discurso que domina a nossa existência como brasileiros” (p. 18). Podemos perceber o funcionamento dessa memória na transferência do sentido de “explorador”, como próprio do colonizador europeu nas terras brasileiras, para o brasileiro (o bandeirante) nas Minas Gerais. São agora os próprios habitantes desta terra que a adentram, movidos pela busca de riquezas minerais. Observa-se, pelas formas pronominais, que se destaca a região de um conjunto maior, o Brasil em seu processo de ocupação dos sertões: “*daqueles* desbravadores que palmilhavam *aquela* sertão”. O brasileiro que narra esse momento da nossa história situa outro brasileiro (o desbravador bandeirante) diante da visão de uma terra livre da sua exploração/ ocupação, enquanto uma memória reconstituída dos acontecimentos históricos.

É interessante que não se diz simplesmente “terra”, ou mesmo “terra *inexplorada*”. Na expressão “terra *inexplorada*” marcar-se-ia já por um efeito de evidência a região como algo que se ofereceria, quase como por vocação, à exploração. Mas a expressão que encontramos no trecho acima é mais intrigante: “terra *ainda inexplorada*”. Essa expressão fala de um futuro de exploração, que, junto aos verbos no passado, fica significada como a dilapidação de um patrimônio, iminente naquele passado. Podemos dizer, porém, que em “terra *ainda inexplorada*”, funciona também um dizer sobre a atualidade: pois a terra, (ontem) inexplorada, é (hoje) explorada ou

ainda explorada. Assim, marca-se sobre aquele passado de uma terra (a ser) explorada, o lugar do explorador de hoje.

Está aqui funcionando um discurso sobre o meio ambiente como recurso e patrimônio e a identificação de uma relação histórica para com esse meio ambiente, que é *ainda* de exploração. Isto é, o enunciado “terra ainda inexplorada” afirma duplamente a exploração como futuro iminente e a exuberância de um meio ambiente afirmada no passado esconde o ainda presente da sua exploração.

### **Encerrando: efeitos de sentido no discurso de origem**

A história de Pouso Alegre deve se constituir associada ao que na História do Brasil conta a colonização dos Sertões, através das expedições de bandeirantes em busca das riquezas minerais.

No discurso das descobertas, a partir de uma perspectiva européia, com os missionários e os viajantes, o índio era mais um elemento a ser “conhecido” e dominado: a ser descrito pela ciência e salvo pela catequese (Orlandi, 1990). Não se trata aqui de um discurso científico ou religioso, mas de um discurso de uma origem local. A língua indígena está presente nos nomes, por exemplo, do *Mandu* e da *Sapucaia*, além de, como no último trecho analisado acima, em uma série de nomes de animais e plantas. Mas não se fala, desse discurso de origem local, das povoações indígenas locais, conflitos, ou o que quer que seja. Podemos considerar que este seria, pois, um *silêncio constitutivo* (Orlandi, 1992) nos discursos de origem de povoaamentos no Brasil – povoados que não produzem, particularmente, uma identidade indígena.

Os textos aqui analisados, a partir dos quais procuro compreender uma memória sobre o meio ambiente como parte dos processos identitários no sul de Minas, mostram que o discurso das descobertas funciona na constituição dessa identidade/ memória local, mas também uma memória mítica sobre a terra antes do modo de ocupação e exploração europeu.

Orlandi aponta para um discurso sobre o índio funcionando “enfaticamente no discurso do missionário, do antropólogo e no do indigenista” e que “deixa de existir na ‘consciência nacional’, isto é, deixa de existir na própria constituição da nacionalidade” (Orlandi 1990, pp. 68-69). Fazendo parte dessa constituição de uma nacionalidade, estariam os discursos de origem de cidades brasileiras: isto é, a produção de uma identidade local, enquanto a de uma “cidade brasileira”, com suas especificidades. Vimos, então, como funciona no contexto local, em sua especificidade, a projeção dessa identidade do brasileiro que “apaga” o índio – como, por exemplo, a circulação de uma versão outra, diferente da etimologia tupi, para explicar a origem do nome “Mandu”.

Note-se que os discursos de origem serão, em sua maioria, discursos ufanistas, nos quais se produz uma visão grandiosa da terra. Isso está aqui presente, sobretudo na forma como se descreve a região antes da sua exploração, com muitos adjetivos no sentido de mostrar grandeza e exuberância. No texto de Gouvêa, o último trecho analisado, mais do que ufanista, o tipo de adjetivo que se inscreve, e o modo como são inscritos, em profusão, produz um *efeito de fabulação*: *imensas florestas, caudalosos rios...*

Em primeiro lugar, trata-se marcadamente de uma reconstituição de um momento passado, em que a terra era imaginada “virgem”, em uma mitificação do homem urbano de hoje. Nessa reconstituição analisada, pois, o narrador se coloca afetivamente, narrando a sua terra de modo ufanista e nostálgico: as formas verbais no passado (a terra *era* rica, os rios *forneciam* abundância de peixes...) produzem então esse *efeito nostálgico*, em que o presente fica, por oposição, depauperado.

### Referências bibliográficas

- ACHARD, P. et. all. 1999. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, *Pouso Alegre através dos tempos*, s/d.
- GOUVÊA, O. M. 2004. *A história de Pouso Alegre*, Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2ª. edição.
- HENRY, P. 1994. “A história não existe?”. *Gestos de leitura*, Campinas: Ed. da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. 1997. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. 1975b *Les verités de la Palice*, Paris: François Maspero. Trad. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_ “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* n° 19, IEL, Unicamp.
- ORLANDI, Eni (org.) 1994. *Gestos de leitura – da História no Discurso*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_ 1990. *Terra à vista!:* discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas/ São Paulo, Cortez/ Ed. Unicamp.
- \_\_\_\_\_ 1992. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_ 2001. *Discurso e texto*, Campinas, Ed. Pontes.
- QUEIRÓZ, A. 1948. *Pouso Alegre: origem da cidade e a história de sua imprensa*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte.